

IMPACTO DAS MEDIDAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Jacqueline Pereira da Silva¹
Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira²

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: apesar dos benefícios do comércio internacional, muitos países buscam proteger determinados setores internos, menos competitivos, da forte concorrência estrangeira. Por conseguinte, proliferaram-se medidas visando a defesa da concorrência a nível internacional, dentre as quais destacam-se as medidas *antidumping*, salvaguardas e compensatórias.

Objetivo/proposta: este estudo investiga o impacto das medidas não-tarifárias de contingência, também conhecidas como medidas de defesa da concorrência (MDCs), sobre o comércio de produtos agrícolas entre os países-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) no período de 2000 a 2016.

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): foi estimada uma equação gravitacional de comércio para avaliar os impactos das medidas *antidumping* (AD), medidas compensatórias (CV) e medidas de salvaguarda e salvaguarda especial (SG+SSG) sobre as importações bilaterais mundiais de bens agrícolas.

Principais Resultados: os resultados mostraram que as medidas *antidumping* têm impacto negativo sobre as importações, revelando que sua imposição reduz o comércio entre os países, possivelmente devido à elevação dos custos de transação. Em contraste, as medidas compensatórias apresentaram efeito positivo, sugerindo que seu papel para a defesa da concorrência no comércio tem sido razoavelmente cumprido e uma maior concorrência resulta em um volume maior de comércio. Porém, do ponto de vista bilateral, estas não parecem cumprir o objetivo de restringir o comércio com o país que adotou práticas desleais. As medidas salvaguardas não foram estatisticamente significativas.

Considerações Finais/Conclusão: as constatações aqui realizadas podem servir de ferramenta para a formulação de políticas comerciais que busquem aumentar a competitividade e os ganhos nas trocas comerciais ao permitir avaliar os resultados da adoção de MDCs, permitindo assim um planejamento com maior embasamento.

Contribuições do Trabalho: apesar da relevância do tema e da ampla utilização das MDCs, existem poucos estudos acerca do impacto das mesmas sobre o comércio internacional,

1 Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares. E-mail: jacqueline.silva@estudante.ufjf.br.

2 Doutora em Economia Aplicada pelo PPGEA/DER/UFV. Professora adjunta do departamento de economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares. Pesquisadora do Econúcleo – Estudos Socioeconômicos. E-mail: carolina.correa@ufjf.br.

especialmente de produtos agrícolas. Portanto, o presente artigo auxilia no preenchimento dessa lacuna, bem como serve de material para a formulação de políticas mais eficientes.

Palavras-Chave: Medidas de contingência; Defesa Comercial; Produtos Agrícolas; Modelo Gravitacional.

1. Introdução

O Comércio Internacional é de suma importância, pois permite que os países vendam seu excedente de produção para obter novos recursos, ao mesmo tempo em que disponibiliza aos seus cidadãos uma ampla variedade de bens e serviços. Segundo Krugman *et al.* (2015), o comércio internacional possibilita a criação de um mercado integrado maior do que o mercado interno de qualquer país, permitindo que as nações especializem-se e colham os frutos das economias de escala e ampliação das possibilidades de consumo.

Apesar dos benefícios do comércio, muitos países buscam proteger determinados setores internos, menos competitivos, da forte concorrência estrangeira. Josling *et al.* (2010) argumentam que, desde meados do século XIX, a pauta de proteção às importações tornou-se parte importante do debate acadêmico, debate público e da própria política comercial e econômica dos países. Já os autores Krugman e Obstfeld (2001) destacam que os governos têm buscado proteger as indústrias nacionais dos efeitos da concorrência internacional desde o surgimento das nações-estado modernas no século XVI. Por conseguinte, proliferaram-se também, mundialmente, medidas visando a defesa da concorrência a nível internacional.

Algumas destas medidas podem ser consideradas controversas ou até predatórias. Um exemplo de proteção interna predatória é a prática de *dumping* e altos subsídios, visando tornar o preço do bem doméstico artificialmente competitivo no mercado mundial. Segundo Zilli e Vieira (2016), a concorrência desproporcional advinda da abertura comercial ameaça as indústrias domésticas de determinados países importadores. Essas nações muitas vezes não possuem condições de competir com as grandes empresas internacionais. Tal situação gera um incentivo para o uso de medidas desleais.

Dessa forma, conforme Rage (2013), foram criadas, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), medidas de contingência, ou defesa comercial, com o propósito de combater e remediar tais práticas. Segundo Amaral (2004), as medidas de defesa

da concorrência podem ser entendidas como um conjunto de mecanismos jurídicos que um Estado pode utilizar para proteger suas indústrias dos danos causados por práticas desleais de outros países, ou pelo crescimento súbito de importações. Dentre as medidas não-tarifárias de defesa da concorrência (MDCs) estão as medidas *antidumping*, salvaguardas (e salvaguardas especiais) e compensatórias.

Segundo Ferreira (2021a), as medidas *antidumping* têm como objetivo anular a desvantagem sofrida por uma indústria, em relação às importações realizadas a preços de *dumping*. Já as medidas compensatórias têm como objetivo compensar os prejuízos à produção doméstica de importações de produtos que recebem subsídios. Por fim, as medidas de salvaguarda visam garantir uma proteção temporária que permita, a um determinado setor prejudicado por um aumento considerável das importações, adaptar-se para aumentar a sua competitividade. Já as salvaguardas especiais, de acordo com a *World Trade Organization* WTO (2022), visam proteger especificamente produtos agrícolas. Dados extraídos do Integrated Trade Intelligence Portal (I-TIP/OMC, 2021) informam que foram adotadas 2443 medidas *antidumping*, 316 medidas compensatórias e 120 medidas de salvaguardas, desde a criação da OMC até dezembro de 2021.

Souza (2009) afirma que a defesa comercial não é um entrave ao processo de abertura comercial. O objetivo, ao interferir nas importações pela aplicação de direitos *antidumping*, compensatórios ou ao introduzir medidas de salvaguarda é garantir clareza, equidade e contribuir para o equilíbrio do comércio internacional. Entretanto, ao acionar tais medidas, estas podem gerar impacto negativo no comércio internacional.

Carter e Gunning-Trant (2010) afirmam que o setor agrícola é de particular interesse dentro do tema devido às concessões comerciais (como subsídios e tarifas) que recebeu, e ainda recebe, em muitos países. Medidas comerciais tradicionais na agricultura, como cotas, subsídios e tarifas, vêm sendo desestimuladas na OMC. Contudo, os países encontraram outros meios para proteger e estimular seus agricultores e o aumento do uso de mecanismos de defesa comercial é um reflexo desse processo. Ademais, a literatura econômica sobre defesa da concorrência concentra-se predominantemente no setor manufatureiro e os casos agrícolas são frequentemente excluídos das análises empíricas.

Apesar da relevância do tema e da ampla utilização das MDCs, existem poucos estudos acerca do impacto das mesmas sobre o comércio internacional, especialmente de produtos agrícolas. Portanto, o presente trabalho teve como objetivo analisar o impacto das

medidas não-tarifárias de defesa da concorrência sobre o comércio internacional de produtos agrícolas, no período de 2000 a 2016, para os países membros da OMC. O método utilizado – modelo gravitacional – de acordo com Yotov *et al.* (2016), é o mais recomendado para estimações com fluxos comerciais bilaterais e variáveis reais, trazendo os resultados mais robustos.

Espera-se que tais medidas impactem negativamente as exportações agrícolas dos países afetados, no curto prazo, por penalizá-los pelas práticas desleais, porém trazendo benefícios para o comércio como um todo por promover a concorrência.

O trabalho está dividido em cinco seções, a primeira é esta introdução. A seção seguinte apresenta um referencial teórico a respeito das MDCs e do modelo gravitacional teórico. Já a terceira seção contém a metodologia usada no estudo. A quarta seção expõe os resultados através das análises descritiva e econométrica. Por fim, a quinta e última apresenta as considerações finais deste estudo.

2. Referencial teórico

2.1 Medidas de contingência e seus efeitos

O uso de tarifas e impostos alfandegários começou reduzir substancialmente a partir de 1947 com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Termo em inglês - GATT), realizado com o objetivo de facilitar o comércio entre países. O GATT perdurou até 1995, período pelo qual aconteceram várias rodadas de negociação que delimitaram as regras que ainda hoje são adotadas, mas que passaram a ser geridas pela OMC. Tais regras, funcionam de forma a constranger, por diversas vias, seus países membros a não aumentarem suas tarifas de importação. Se, por um lado, isso ajudou a reduzir preços de mercadorias e aumentar o fluxo comercial entre essas nações, por outro, acabou por limitar o controle sobre o fluxo de entrada de mercadorias em seus territórios (CARNEIRO, 2015).

Nesse cenário, medidas não tarifárias, dentre as quais as MDCs, vêm sendo adotadas, também, para substituir ou complementar o papel das taxas e impostos na proteção do mercado interno de um determinado país. Como já introduzido, as MDCs têm o objetivo de reduzir efeitos adversos das importações e são compostas por medidas *antidumping*, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas.

Silva (2005) define *dumping*, dentro do contexto internacional, como a prática, por parte do país exportador, da venda de produtos a preços inferiores aos vistos em seu mercado

interno. Assim, a mercadoria em questão não estaria sendo necessariamente vendida a preços abaixo do seu custo de produção, situação que caracterizaria *underselling*. Uma segunda característica essencial do *dumping*, apontada pela UNCTAD (2019), é que esse causa prejuízos às empresas concorrentes existentes tanto no mercado interno do país importador, quanto à um terceiro país também exportador daquele produto. Se definido, após uma investigação, que há prejuízo aos concorrentes do país exportador decorrentes do *dumping*, é possível que os preços sejam nivelados por meio de taxas, ou que seja acordada uma elevação dos preços, com efeito de redução das importações do país prejudicado.

O entendimento da definição de medidas compensatórias passa antes pela definição do que é subsídio. Um subsídio é uma espécie de benefício concedido aos produtores de determinada mercadoria com o objetivo de aumentar o volume de produção e exportação. O subsídio pode tomar a forma de contribuições financeiras do Estado, não recolhimento de taxas e impostos, doações, empréstimos com juros acessíveis, ou o fornecimento de bens e serviços específicos (SOUZA *et al.* 2012).

Quando o subsídio causa concorrência desleal no mercado exterior, o país importador pode aplicar medidas para compensá-lo. Essas medidas podem assumir, por exemplo, a forma de direito de compensação, compromisso das empresas e das autoridades do país subsidiado. As medidas compensatórias visam contrabalançar subsídios concedidos, de modo direto ou indireto, que configuram vantagens concedidas ao país exportador pelas autoridades e danos à indústria doméstica no país importador. (UNCTAD, 2019). Portanto, espera-se reduzir as importações oriundas do país acusado de subsídios desleais que não se adequem.

Segundo Costa *et al.* (2018), as salvaguardas (SG) e salvaguardas especiais (SSG) surgiram na rodada de negociação do GATT de 1995 para atuarem de forma conjunta com as cotas tarifárias que tiveram destaque devido à descontinuidade na utilização das barreiras quantitativas que correspondia as medidas protecionistas mais adotada pelos países mais desenvolvidos contra importações agrícolas que ameaçavam causar prejuízos. As salvaguardas são aplicadas como uma tarifa adicional, mas que não tem valor ou percentual fixo e são aplicadas em duas condições: quando o preço de importação for menor que determinado valor ou quando o volume de importação for maior que determinada quantidade.

UNCTAD (2019), destaca que essas medidas possuem caráter temporário e são aplicadas para prevenir ou remediar prejuízos graves causados por um aumento da entrada de determinado produto estrangeiro em um mercado nacional. Há diversas formas que elas

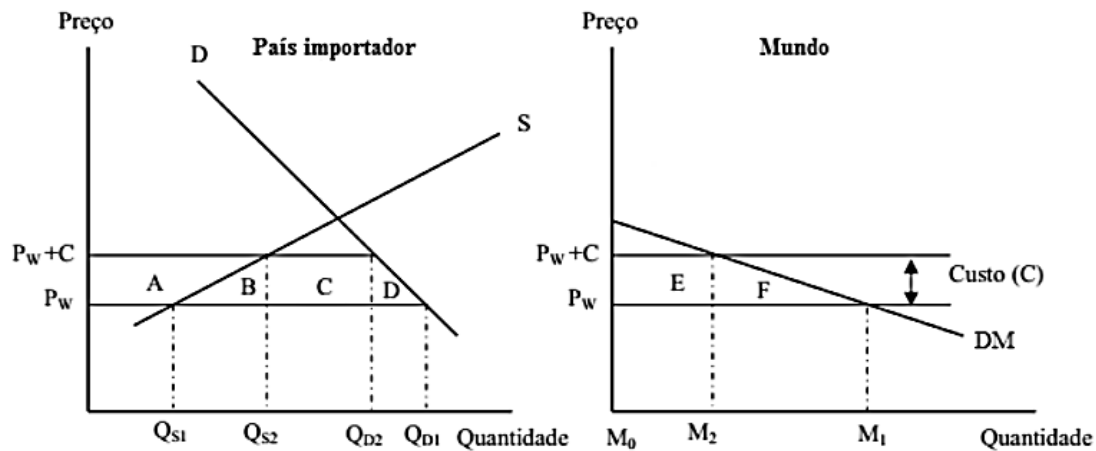
podem assumir, como o aumento de deveres e restrições quantitativas (sendo esse último, exceção à regra da OMC que proíbe restrições quantitativas de importação), mais uma vez, reduzindo temporariamente as importações daquele setor afetado.

A respeito dos efeitos dessas medidas sobre o comércio, Ferreira (2021a), explica que estes dependerão se as medidas não tarifárias possuem ou não a capacidade de aumentar a confiança dos consumidores em produtos importados. Um aumento de confiança poderia prover de alguma regulação técnica ou barreira sanitária sobre os produtos vindos de outros países, que reduziria a assimetria de informação sobre sua qualidade. No caso das medidas de defesa da concorrência, isso não ocorreria.

A Figura 1, conforme Roberts, Orden e Josling (1999), mostra o que acontece quando a medida não tarifária não aumenta a confiança nos produtos externos, ou seja, não traz informações relevantes ao consumidor. Na situação inicial, considerando o preço mundial, P_w , que os produtores e consumidores domésticos enfrentam a esse preço, a diferença entre a quantidade demandada Q_{d1} pelo importador e o produzido nesse mesmo país Q_{s1} é parcialmente suprida pelo país exportador. A diferença entre esses dois valores representa a quantidade importada no mercado mundial M_1 . Assim, o equilíbrio interno é definido pela relação entre o preço mundial P_w e a demanda interna.

Quando uma medida regulatória é adotada, um novo equilíbrio é estabelecido em $P_w + C$, pois, o preço no país importador aumenta, devido aos custos de adequação, levando a redução nas importações para M_2 . Apesar do excedente do produtor interno ter um aumento em A, o consumidor tem uma perda em excedente na área A+B+C+D, resultando nas perdas de bem-estar equivalente à área E+F, representados no gráfico mundo, à direita.

Figura 1: Efeito de medidas restritivas



Fonte: Roberts, Orden e Josling (1999).

Portanto, espera-se que MDCs atuem reduzindo as importações, pelo menos de forma temporária, a fim de proteger o mercado interno do país importador contra uma prática desleal. Mas que traga benefícios ao comércio global no longo prazo ao incentivar a concorrência.

2.2 Modelo Gravitacional

Para auxiliar o entendimento empírico do impacto das medidas não tarifárias, bem como de outros fatores que influenciam o comércio internacional, a literatura emprega como uma de suas principais ferramentas o modelo gravitacional. A ideia, originalmente empregada pelo economista holandês Jan Tinbergen em 1962, parte do princípio que o comércio entre dois países seria explicado pelo tamanho de suas economias (medida pelo Produto Interno Bruto - PIB) e pela distância entre eles (medida em quilômetros).

Krugman, *et al.* (2015) sugerem a seguinte especificação básica para o modelo de gravidade que descreve o comércio entre dois países i e j :

$$T_{ij} = A \times Y_i \times Y_j / D_{ij} \quad (1)$$

Onde T é o valor do fluxo comercial entre dois países (geralmente medido pelos volumes de exportação ou de importação de um deles); A é um termo constante; Y_i é o PIB do País i ; Y_j o PIB do país j e D_{ij} é a distância entre essas duas economias. Portanto, mantendo tudo mais constante, o comércio entre duas nações será maior quanto maior sua produção interna e menor quanto maior a distância entre as duas.

Apesar da premissa inicial simples, a abordagem gravitacional hoje conta com mais variáveis explicativas e com um sólido embasamento teórico e matemático (FERREIRA, 2021b). Entre os trabalhos que contribuíram para tanto, é possível citar Anderson (1979), Bergstrand (1989), Deardorff (1995) e Anderson e van Wincoop (2003), que trouxeram ao modelo microfundamentação teórica. Os últimos incluíram, ainda, os termos de resistência multilateral, conferindo grande poder explicativo ao modelo. A resistência multilateral, conforme Yotov et al. (2016), é o efeito que a posição dos países exportador e importador no mercado global e sua conjuntura econômica tem sobre seu próprio comércio bilateral. Em outras palavras, o efeito do preço dos demais produtos provenientes de todos os países sobre o comércio bilateral.

Alguns trabalhos utilizaram o referido método para avaliar MDCs. Felbermayr e Sandkamp (2019), usaram o modelo de gravidade para mensurar efeitos de medidas *antidumping* sobre exportações chinesas e mostram que estas reduziram o volume de exportações das empresas, mas não afetaram os preços aos produtores, indicando que os custos foram repassados aos consumidores; Park (2020), usou dados de 2008 a 2017 para avaliar os impactos do *antidumping* sobre as exportações da Coreia do Sul, China e EUA, considerando seus dez principais países importadores e apontou uma relação negativa entre exportações e medidas *antidumping*, e; Ekstam (2019), avaliou os efeitos de salvaguardas sobre as exportações de aço da Suécia, durante o ano de 2002, considerando as relações com os EUA e com países terceiros. Os resultados mostraram que quando uma medida de salvaguarda foi imposta, as exportações de aço foram desviadas parcialmente para outros países.

Portanto, para contribuir com a literatura internacional sobre o referido tema, o presente trabalho utilizou o modelo gravitacional para avaliar os efeitos das MDCs sobre o comércio internacional de produtos agrícolas.

3. Metodologia

O objetivo deste presente trabalho foi investigar os efeitos das medidas não tarifárias de contingência (medidas *antidumping*, medidas compensatórias e medidas de salvaguarda) sobre o comércio de produtos agrícolas entre membros da OMC. Para alcançar este objetivo, foi estimado uma equação gravitacional para avaliar os impactos destas medidas nas

exportações agrícolas entre diferentes pares de países. Adicionalmente, foi realizada uma análise descritiva dos dados de MDCs.

Os dados de comércio foram extraídos da base de dados de fluxo bilateral de comércio International Trade and Production Database for Estimation (ITPD-E), desenvolvida por Borchert et al. (2021), que contém dados consistentes sobre o comércio internacional e intranacional no nível da indústria, abrangendo agricultura, mineração, energia, manufatura e serviços. A base cobre 243 países e 170 setores³. Para a presente análise os setores agrícolas foram condensados em um único grande setor. Os dados das MDCs foram extraídos da base pública no Integrated Trade Intelligence Portal (I-TIP/OMC, 2022). O período de análise compreende os anos de 2000 a 2016, que tinham dados disponíveis à época. Foram utilizados intervalos de tempos de 2 anos, conforme indicam Yotov *et al.* (2016), para permitir o ajustamento pós adoção de medidas.

A equação estimada foi:

$$\ln(Y_{ijt}) = \beta_0 + \beta_1 ADP_{it} + \beta_2 CV_{it} + \beta_3 SGSSG_{it} + \varepsilon_{it} + \delta_{jt} + \gamma_{ij} + \mu \quad (2)$$

sendo que Y_{ijt} corresponde ao volume de importações agrícolas do país i originadas de j no período t . β_0 é um parâmetro que denota uma constante, β_1 , β_2 e β_3 são os parâmetros associados às variáveis *dummy* presença de medidas *antidumping* (ADP), medidas compensatórias (CV) e medidas de salvaguarda e salvaguardas especiais ($SGSSG$) no período t , que assumem valor 1 se a medida foi adotada pelo o país i no período t e valor 0 caso contrário. Finalmente, os termos ε , δ , γ representam os efeitos fixos país-ano, captando a resistência multilateral, e os efeitos fixos pares de países, respectivamente e μ o termo de erro.

Yotov *et al.* (2016) salientam as principais recomendações para a estimação eficiente, robusta e não viesada de modelos de gravidade: 1) Sempre que disponível, dados em painel devem ser usados por permitir uma maior variabilidade na amostra; 2) Dados em painel com intervalos (2, 3 ou 5 anos) devem ser usados em vez de dados agrupados por anos consecutivos, permitindo assim o ajuste a mudanças na política comercial; 3) Devem ser incluídos dados de comércio intranacional, construídos como a diferença entre os dados brutos do valor da produção e o total das exportações, possibilitando a inclusão de políticas

3 Veja a lista de países e setores em https://usitc.gov/publications/332/working_papers/itpd-e_usitc_wp.pdf.

não discriminatórias; 4) Efeitos fixos direcionais de variação temporal (país-ano) devem ser incluídos nos dados do painel para controle da resistência multilateral. Com isso, os dados de PIB não são incluídos devido à colinearidade; 5) Efeitos fixos de pares de países também devem ser incluídos, corrigindo a endogeneidade entre política comercial e exportações. Dessa forma, dados invariantes no tempo como distância, língua comum e contiguidade são excluídos por colinearidade, e; 6) O estimador de *Poisson Pseudo Maximum Likelihood* (PPML) deve ser utilizado para evitar o viés de seleção amostral e corrigir a heterocedasticidade não observável.

Ao empregar as recomendações acima, dispensa-se a execução de testes econométricos tradicionais. O uso do estimador PPML garante a correção da heterocedasticidade; a adoção de intervalos de tempo, bem como a clusterização dos erros-padrão, lidam com a autocorrelação serial; a inclusão dos termos de resistência multilateral e pares de países explicam a maior parte do comércio por captarem o efeito de diversos fatores observáveis e não observáveis, evitando o viés de omissão de variáveis e, por fim; a concepção teórica do modelo garante que o mesmo deve ser estimado por efeitos fixos.

A próxima seção apresenta os resultados, que contemplam tanto uma análise descritiva dos dados quanto do modelo econométrico.

4. Resultados e discussão

4.1 Análise descritiva

A Tabela 1 apresenta a quantidade de medidas *antidumping* (AD), compensatórias (CV), de salvaguarda (SG) e de salvaguarda especial (SSG) adotadas entre 2000 e 2016, segmentadas por regiões:

Tabela 1: Medidas não-tarifárias contra importações de produtos agrícolas (2000-2016) –
 Regiões ou Grupos de países

| Região ou Grupo | Tipos de medidas | | | | Total |
|--|------------------|-----|----|---------|-------|
| | ADP | CV | SG | SS G | |
| África | 173 | 14 | 35 | 0 | 222 |
| América do Norte | 688 | 205 | 8 | 468 | 1.369 |
| América do Sul, América Central e Caribe | 711 | 21 | 58 | 98 | 888 |
| Ásia do Pacífico e Oceania | 1.601 | 42 | 94 | 352 | 2.089 |

| | | | | | |
|---|-------|-----|-----|-----|-------|
| Europa e Turquia | 567 | 54 | 61 | 364 | 1.046 |
| Oriente Médio | 30 | 0 | 31 | 0 | 61 |
| Rússia e Comunidade dos Estados Independentes (CIS) | 40 | 1 | 10 | 0 | 51 |
| Total Geral | 3.810 | 337 | 297 | 622 | 5.066 |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nota-se protagonismo na Ásia do Pacífico e Oceania na imposição de medidas não-tarifárias, com 41% do total, com destaque para a atuação em medidas *antidumping* por Índia, China e Austrália. Cabe destacar também a América do Norte (27%), cuja contribuição vem especialmente dos Estados Unidos.

No período analisado, o país que mais utilizou medidas de contingência foi Estados Unidos (1.064), seguido por Índia (695), União Europeia (425), Brasil (340), Polônia (285) e China (235).

Na relação de quantidade de medidas *antidumping* (AD), a Índia lidera registrando 659 pedidos, ou 17% do total, entre 2000 e 2016. Estados Unidos (439), Brasil (326) e União Europeia (306) também acionaram medidas com elevada frequência no período.

Quanto às medidas de salvaguarda mais medidas de salvaguarda especial (SG+SSG) impostas, os Estados Unidos lideram, com 471 ou 51% do total. É importante ressaltar que a quantidade de medidas de salvaguarda é um caso especial, na medida em que a Polônia, segunda colocada com 281 registros e o Japão, terceiro colocado com 163 registros, praticamente não adentraram com medidas não-tarifárias de outros tipos no período analisado.

Como argumenta Ahn (2006), as medidas de salvaguarda nem sempre cumprem os papéis para os quais são designadas, que em geral deveria ser prover redes de proteção temporárias a surtos repentinos de importações, gerando efeito estabilizador para países mais vulneráveis. Segundo o pesquisador, a regulação da OMC admite brechas que são utilizadas, com certa recorrência, abusivamente por países cujos mercados não estão, estruturalmente, vulneráveis a surtos de importações e sequer têm duração razoável. Este pode ser o caso de Polônia e Japão, que concentram quase a totalidade de suas medidas não-tarifárias nas salvaguardas especiais.

Já no que se refere a medidas compensatórias, os Estados Unidos também lideram, com folga, sendo registradas 154 medidas (46% do total) entre 2000 e 2016. Também se

destacam nesta relação a União Europeia, com 50 registros, o Canadá, com 46, e a Austrália, com 26 imposições de medidas compensatórias no mesmo período.

Segundo Supriyo e Prakasa (2021), o propósito das medidas compensatórias (CV) é ressarcir prejuízos diretos ou indiretos auferidos pelos países por práticas desleais de comércio, desde que este impacto seja diretamente mensurável. Os autores explicam que, no caso da agricultura, os países podem requisitar a investigação e/ou a imposição de taxas quando o prejuízo econômico é detectado, e as investigações podem ser demoradas ou custosas para o país requisitante.

Asare (2022) frisa que, em geral, tanto medidas *antidumping* quanto medidas de salvaguarda têm investigações, em média, mais longas no setor agrícola do que no setor industrial. Segundo o autor, as medidas de salvaguarda são muito mais frequentes no setor agroalimentício do que em outros, como o industrial, e estão diretamente relacionadas às políticas agrícolas dos países, em que mesmo os países desenvolvidos têm aversão à liberalização comercial e/ou são cooptados por *lobbies* domésticos de agentes do setor.

Nesse sentido, o custo econômico pode ser uma explicação plausível para a concentração das medidas compensatórias entre os territórios mais desenvolvidos, como os Estados Unidos da América e a União Europeia. Estes territórios, mesmo com elevado grau de desenvolvimento, têm aversão a perdas para seus produtores agrícolas e sofrem influência de agentes, ou *lobbies*, gerando um ambiente propício para uma alta requisição (e concentração) de medidas de salvaguarda.

4.2 Análise econométrica

A Tabela 2 apresenta os resultados da estimação do modelo gravitacional pelo método PPML(HDFE), considerando as variáveis explicativas de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguarda.

Tabela 2: Resultados da estimação do modelo gravitacional pelo método PPML(HDFE)

| Variáveis explicativas | Parâmetros |
|----------------------------------|--------------------------|
| Medidas <i>antidumping</i> (ADP) | -0,11229** (0,044355) |
| Medidas compensatórias (CV) | 0,16594** (0,73254) |
| Medidas de salvaguarda (SGSSG) | 0,10049 ^{ns} |

| | |
|-----------------------------------|-------------|
| | (0,08432) |
| Constante do modelo (β_0) | 10,49665*** |
| | (0,00232) |
| Pseudo-R ² | 0,9963 |
| Número de <i>clusters</i> | 22.003 |
| Número de observações | 193.166 |

Erros-padrão robustos entre parênteses.

Níveis de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%, ns: estatisticamente não significativo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O modelo estimado possui significância estatística global e um grau de ajuste bastante elevado, de 99,6%, que se traduz em parcimônia das estimativas. Porém, esse alto ajustamento sempre ocorre com a presença dos termos de resistência multilateral, que explicam a maior parte do comércio.

Conforme esperado, os resultados apontam um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, a um nível de 5%, das medidas *antidumping* sobre o comércio agrícola, ou seja, tais medidas atuam como barreiras comerciais. Portanto, espera-se que estejam cumprindo o objetivo de remediar os efeitos adversos do *dumping* no nível bilateral.

Parte das pesquisas empíricas, como Herander e Schwartz (1984), Krupp e Pollard (1996) e Brenton (2001) encontram que uma maior adoção de medidas *antidumping* leva à queda das importações a nível individual e, em certa medida, a nível do comércio global, uma vez que não há um repasse ou efeito-diversificação a outros países proporcional à perda de comércio devido à medida *antidumping* adotada pelo país importador *a priori*.

O impacto negativo das medidas *antidumping* sobre o comércio pode ocorrer mesmo que as medidas não sejam aceitas no âmbito da OMC. Por exemplo, o trabalho de Prusa (2001) encontra que, quando os Estados Unidos aplicam medidas *antidumping*, podem reduzir as importações entre 50% e 70% nos três anos subsequentes quando a medida é aprovada, e entre 15% e 20% quando a mesma não é aprovada.

Outra possibilidade concerne aos efeitos da imposição de medidas *antidumping* sobre os custos de transação entre os países. Segundo Williamson (1989) os custos de transação se referem aos custos de coletar e avaliar informações alternativas de comércio, de renegociar condições ou de estabelecer ou garantir o cumprimento de contratos. Estes custos também podem ser incidentes no caso do comércio.

Em geral, lidar ou contestar medidas *antidumping* no âmbito da OMC envolvem estes custos de transação. Como visto em Chen, Liu e Wu (2016), os custos de transação

influenciam na disposição de um país a contestar medidas *antidumping* impostas por um país no âmbito da OMC, disposição esta diminuída quando o país-alvo da disputa tem uma reputação de ser duro nas negociações envolvendo comércio e quando a vantagem potencial da contestação é baixa.

Busse (2003) argumenta que barreiras não-tarifárias, como medidas *antidumping*, constituem medidas protecionistas tanto em países industrializados e em desenvolvimento. Apesar disso, estas medidas representam um entrave maior para as economias em desenvolvimento, que nem sempre conseguem arcar com os custos de transação, que podem envolver custos de transferência de bens, custos de transferência de capital e custos de informação e comunicação.

Em contraste à variável de medidas *antidumping*, a variável que capta medidas compensatórias a produtos subsidiados apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo para o comércio entre os países, diferente do esperado. Este impacto pode estar vinculado aos efeitos de longo prazo sobre o bem-estar econômico que a compensação de subsídios propicia aos participantes do comércio, estimulando a concorrência.

Koo e Kennedy (2006) demonstram que a imposição de subsídios a produtos agrícolas potencialmente exportáveis, apesar de reduzir preços, pode distorcer a alocação de recursos nas economias, gerando perdas de bem-estar a todos os países exportadores na medida em que penaliza os produtores. Os pesquisadores demonstram esta perda para o milho nos Estados Unidos, para os quais as perdas internas da manutenção de um subsídio são de \$ 661 milhões para o país e de \$ 144 milhões para os demais países exportadores. O trabalho avalia também estas medidas qualitativamente, demonstrando efeito particularmente maior quando o país é grande o suficiente para influenciar nos preços globais e quando o desenho da política favorece o setor doméstico, como ocorre na União Europeia.

Outros trabalhos corroboram esta noção que as economias em desenvolvimento são mais afetadas quando países maiores ou com nível de industrialização mais elevado operam com subsídios em seus produtos primários. Utilizando um modelo gravitacional, Paiva (2008) demonstra que países ricos, quando impõem tarifas a seus produtos agrícolas, fogem da normalidade preditiva dos determinantes do comércio e, ainda, importam menos produtos dos outros países, gerando um *gap* que representa uma distorção ao comércio. O pesquisador encontra evidências que estas práticas têm sido mais frequentes com o passar dos anos nestes

países, sugerindo perdas crescentes de bem-estar quando os subsídios passam a ganhar protagonismo na política comercial das grandes economias.

Dado o exposto, possivelmente, as medidas que visam compensar subsídios agrícolas têm sido capazes de reverter, ao menos parcialmente, as perdas de bem-estar impostas ao comércio quando subsídios agrícolas são impostos, observados especialmente entre os produtos das economias em desenvolvimento.

Portanto, o sinal positivo e estatisticamente significativo atrelado ao coeficiente da variável representativa das medidas compensatórias poderia estar relacionado aos ganhos dinâmicos da neutralização das políticas de subsídios agrícolas, cuja adoção é mais proeminente em economias desenvolvidas, como os Estados Unidos e União Europeia. Esta pode ser uma evidência de que esta política tem cumprido seu papel na defesa da concorrência.

Por fim, o coeficiente das medidas de salvaguarda não foi estatisticamente significativo. Das (2005) alerta que o uso indiscriminado das medidas de proteção ao comércio, como políticas *antidumping* e de salvaguarda, pode representar um esforço em vão e prejudicar sua racionalidade econômica em termos de comércio. Segundo a autora, as medidas de salvaguarda frequentemente têm um tom maior de retaliação do que de garantia de proteção contingente. Não obstante, negociações recentes têm deixado o acionamento de cláusulas de salvaguarda mais flexíveis, tornando seu propósito menos objetivo para o comércio como um todo. Gard e Riedel (1980) alertam sobre os efeitos sobre os países em desenvolvimento quando economias industrializadas acionam frequentemente medidas de salvaguarda. Ainda, apontam que estas medidas muitas vezes têm caráter estritamente local do que pretendem resolver uma emergência de ordem global.

Ou seja, as medidas de salvaguarda, que foram desenhadas inicialmente como gatilho para conter uma emergência de surto de importações e permitir que o país afetado tenha tempo hábil para se preparar ao *shift* de conjuntura, podem ter adquirido outros propósitos e significados variados, como o de retaliação comercial e nuances geopolíticas, levando a um impacto geral difuso que se traduziu na não-significância da variável no presente modelo.

5. Conclusões

Este trabalho teve o objetivo de investigar os efeitos das medidas não-tarifárias de contingência sobre o comércio de produtos agrícolas entre os países-membros da Organização

Mundial do Comércio. Para isso, foi estimado um modelo de regressão para avaliar os impactos das medidas *antidumping* (AD), medidas compensatórias (CV) e medidas de salvaguarda e salvaguarda especial (SG+SSG) sobre as importações entre os países participantes do comércio de produtos agrícolas, entre os anos de 2000 a 2016.

Os resultados revelam que as medidas *antidumping* tiveram impacto negativo e estatisticamente significativo, revelando que sua imposição reduz o comércio entre os países, possivelmente devido à elevação dos custos de transação, cumprindo o objetivo individual de penalizar a prática de *dumping*. Em contraste, as medidas compensatórias apresentaram sinal positivo e estatisticamente significativo, sugerindo que seu papel para a defesa da concorrência no comércio tem sido razoavelmente cumprido e uma maior concorrência resulta em um volume maior de comércio. Porém, do ponto de vista bilateral, estas não parecem cumprir o objetivo de restringir o comércio com o país que adotou práticas desleais. Já a variável de medidas de salvaguarda não apresentou coeficiente estatisticamente significativo.

São necessários maiores estudos sobre o tema, que necessita de verificações mais profundas para o auxílio de governos e tomadores de decisão em relação a utilização dos mecanismos de defesa da concorrência. Porém, as constatações aqui realizadas podem servir de ferramenta para a formulação de políticas comerciais que busquem aumentar a competitividade e os ganhos nas trocas comerciais ao permitir avaliar os resultados da adoção de MDCs, permitindo assim um planejamento com maior embasamento.

Referências

AHN, D. Restructuring the WTO safeguard system. **The WTO Trade Remedy System: East Asian Perspectives**, London: Cameron May, p. 11-31, 2006.

ASARE, F. **Effects of Trade Disputes on Canadian Agri-Food Trade**. 2022. Tese de Doutorado. University of Guelph, Ontario, Canada.

AMARAL, A. C. R. (Coord.). **Direito do Comércio Internacional – Aspectos Fundamentais**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

ANDERSON, J. A. Theoretical Foundation for the Gravity Equation. **American Economic Review**, American Economic Association, v. 69, n. 1, 1979.

ANDERSON, J. E.; VAN WINCOOP, E. Gravity with Gravitas: A Solution to the Border Puzzle. **American Economic Review**, v. 93, n. 1, p. 170–192, 2003.

BERGSTRAND, J. H. The Generalized Gravity Equation, Monopolistic Competition, and the Factor-Proportions Theory in International Trade. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 71, n. 1, p. 143-53, 1989.

BORCHERT, I., LARCH, M., SHIKHER, S., AND YOTOV, Y. **The International Trade and Production Database for Estimation (ITPD-E)**. Disponível em: <<https://www.usitc.gov/data/gravity/itpde.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BOWN, C. P.; CROWLEY, M. A. Trade deflection and trade depression. **Journal of International Economics**, Elsevier, v. 72, n. 1, p. 176–201, 2007.

BRENTON, P. Anti-dumping policies in the EU and trade diversion. **European Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 593-607, 2001.

BUSSE, M. Tariffs, transport costs and the WTO Doha Round: The case of developing countries. **Estey Journal of International Law and Trade Policy**, v. 4, n. 1753-2016-141162, p. 15-31, 2003.

CARNEIRO, F. L. **Medidas não tarifárias como instrumento de política comercial: o conceito, sua importância e as evidências recentes de seu uso no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. (Texto para Discussão, 2135).

CARTER, C. A., & GUNNING-TRANT, C. U.S. trade remedy law and agriculture: Trade diversion and investigation effects. **Canadian Journal of Economics**, v. 43 n. 1, 2010.

CHEN, Yi-Min; LIU, Hsin-Hsien; WU, Hsin-Yi. Reputation for toughness and anti-dumping rebuttals: competitive rivalry, perceived benefits, and stage of the product life cycle. **Journal of Business Research**, v. 69, n. 6, p. 2145-2150, 2016.

COSTA, C. C; GUILHOTO, J. J. M.; BURNQUIST, H. L. **Salvaguardas especiais no comércio internacional de carnes: análise e impactos na economia brasileira**. In: Congresso SOBER. 56. 2018, Campinas. Anais. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2018.

DAS, S. S. Evolution and political economy of trade protectionism: antidumping and safeguard measures. **IIMB Management Review**, v. 17, n. 4, p. 51-65, 2005.

DORMOIS, J. P; LAINS, P. **Classical trade protectionism 1815-1914**. Taylor & Francis, 2006.

DEARDORFF, A. V. Determinants of Bilateral Trade: Does Gravity Work in a Neoclassical World. Cambridge: **National Bureau of Economic Research**. 1995 (Nber Series, 5377).

EKSTAM, A. **The Trade Effects of Safeguards: Evidence from Sweden**. 2019. Thesis (Master II) - Department of Economics. Lund University. Lund, 2019.

FELBERMAYR, G.; SANDKAMP, A. The trade effects of anti-dumping duties: Firm-level evidence from China. **European Economic Review**, v. 122, 1 fev. 2020.

FERREIRA, C. R. C. **Guia para análise teórica e empírica de políticas comerciais**. Governador Valadares, [s.n.] 1, 54 p. 2021a.

FERREIRA, C. R. C. Comércio Internacional e o Modelo de Gravidade: Evidências Recentes Em Análise Teórica e Empírica Internacional. **A Economia em Revista**, v. 29, n. 1, p. 1–13, 2021b.

GARD, L. M.; RIEDEL, J. Safeguard protection of industry in developed countries: Assessment of the implications for developing countries. **Review of World Economics**, v. 116, n. 3, p. 471-492, 1980.

HERANDER, M. G.; SCHWARTZ, J. B. An empirical test of the impact of the threat of US trade policy: The case of antidumping duties. **Southern Economic Journal**, p. 59-79, 1984.

I-TIP/WTO. **Integrated Trade Intelligence Portal**. World Trade Organization. Disponível em: <<https://i-tip.wto.org/goods/Forms/MemberView.aspx?mode=search>>. Acesso em 25/01/2022.

I-TIP/WTO. **Integrated Trade Intelligence Portal**. World Trade Organization. Disponível em: <<https://i-tip.wto.org/goods/Forms/TableView.aspx>>. Acesso em 17/05/2022.

JOSLING, T. et al. Understanding international trade in agricultural products: one hundred years of contributions by agricultural economists. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 92, n. 2, p. 424-446, 2010.

KOO, W. W.; KENNEDY, P. L. The impact of agricultural subsidies on global welfare. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 88, n. 5, p. 1219-1226, 2006.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001, p. 3-15.

KRUGMAN, P. R; OBSTFELDT, M; MELITZ, M.J. **Economia internacional**. [tradução Ana Julia Perrotti-Garcia]. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KRUPP, C. M.; POLLARD, P. S. Market responses to antidumping laws: some evidence from the US chemical industry. **Canadian Journal of Economics**, p. 199-227, 1996.

MCCALLA, A. F. Protectionism in International Agricultural Trade, 1850-1968. **Agricultural History**, v. 43, n. 3, p. 329-344, 1969.

PAIVA, C. **Assessing protectionism and subsidies in agriculture: a gravity approach**. 2005.

PARK, H. R. **A study on the Effect of the Anti-dumping Measure on Export Countries.** 2020. Thesis. (Master degree) Master of International Studies in International Commerce—Seoul: Seoul National University, 2020.

PRUSA, T. J., 2001. On the spread and impact of anti-dumping. **Canadian Journal of Economics.** 34 (3), p. 591–611.

RAGE, P. H. T. **A defesa comercial e a proteção da concorrência no comércio internacional.** 2013. Dissertação (Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROBERTS, D.; ORDEN, D.; JOSLING, T. **A Framework for Analyzing Technical Barriers to Agricultural Markets.** Washington (DC): U.S. Department of Agricultural, Economic Research Service, 1999. 52p.

SILVA, A. R. DA. Dumping e Direito Internacional Econômico Resumo. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, v. 2, n. 2, p. 390–417, 2005.

SOUZA, J. M. **Fundamentos do comércio internacional.** São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUZA, L. S. et al. **Política de Defesa Comercial: práticas desleais do comércio exterior.** Faculdade Atenas, 2012.

SUPRIYO, A; PRAKASA, S. U. W. Subsidies and Countervailing Measures: Challenges in International Trade Law. **Jurnal Komunikasi Hukum (JKH)**, v. 7, n. 1, p. 10-22, 2021.

UNCTAD. **International classification of Non-Tariff Measures.** Geneva: United Nations, 2019.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics. **Handbook of industrial organization**, v. 1, p. 135-182, 1989.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Glossary: Special Safeguard.** Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/special_safeguard_e.htm>. Acesso em 27/04/2022.

YOTOV, Y. V. et al. **An advanced guide to trade policy analysis: The structural gravity model.** Geneva: World Trade Organization, 2016.

ZILLI, J. C.; VIEIRA, A. C. P. Exportação e defesa comercial: Medidas aplicadas por países sul americanos e União Europeia às exportações brasileiras. **Revista Cadernos de Economia, Chapecó**, v. 20, n. 36, p. 26-47, 2016.